

AUTÁRQUICAS 2021

SINTRA: SOLIDÁRIA E SUSTENTÁVEL

Programa Eleitoral Autárquico 2021

SINTRA

JULHO DE 2021

<https://sintra.bloco.org> | sintra@bloco.org

 [be.sintra](https://www.facebook.com/be.sintra)  [bloco.sintra](https://www.instagram.com/bloco.sintra)

Índice

Sintra: Por um concelho Solidário e Sustentável.....	1
1. População, Território e Mobilidade	3
1.1. População: o segundo maior concelho do País	3
1.2. Por um concelho Sustentável, reduzir as emissões de CO2, reduzir o betão, reabilitar o património, revitalizar o espaço urbano	4
1.3. Direito à mobilidade, direito a viver	10
2. Sintra Social e Solidária	14
2.1. Sintra Social.....	14
2.2. Uma nova política de habitação	16
2.3. Sintra pela igualdade: intercultural e livre	17
2.4. Trabalho com direitos	18
2.5. Educação: por uma escola democrática, de e para todos e todas.....	20
2.6. Sintra saudável: promover o acesso à saúde, reforçar o combate à pandemia	21
2.7. Segurança para toda a gente	23
2.8. Defesa do bem-estar animal.....	24
3. Desporto e atividade física, cultura e turismo.....	25
3.1. Desporto e atividade física	25
3.2. Cultura: Dar mais vida ao Município	26
3.3. Turismo: transformar a vida defendendo paisagens	29
4. Participação e Transparência.....	32
4.1. Sintra pelas nossas mãos	32
4.2. Contra os interesses instalados, mais transparência	32
4.3. Empresas Municipais	33
4.4. Divisão de Freguesias.....	34
4.5. Transferência de Competências - Descentralização	34
Um programa para fazer a diferença	36

Siglas e Acrónimos

CP - Comboios de Portugal
GEE - Gases com Efeito de Estufa
IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não Governamental
PDM - Plano Diretor Municipal
PNSC - Parque Natural de Sintra-Cascais
PSML - Parques de Sintra - Monte da Lua
PRR - Plano de Recuperação e Resiliência

Sintra: Por um concelho Solidário e Sustentável

Os mandatos autárquicos que forem confiados ao Bloco de Esquerda serão exercidos com espírito de serviço à população, com um firme compromisso com os direitos sociais e culturais, com os direitos laborais, com a defesa intransigente da liberdade, com os direitos humanos e o combate ao racismo, com a igualdade de género e com os direitos LGBTI+, com o respeito pela diversidade de culturas e pelos direitos das várias gerações e das pessoas com deficiência, com a defesa do ambiente e do bem-estar animal, com uma cultura democrática promotora da transparência e da participação.

O momento que atravessamos é marcado, a nível mundial, pela crise pandémica da Covid-19. No verão de 2020, o concelho de Sintra chegou a ser um dos mais afetados em todo o país, com seis freguesias em estado de calamidade. Milhares de trabalhadores e trabalhadoras que não puderam parar durante o confinamento residem no nosso concelho. Os baixos rendimentos e a precariedade laboral e habitacional que afetam parte da população representaram fatores de risco adicionais. A sobrelotação dos transportes, por falta de equipamentos ou por má gestão, fomentou o medo entre utentes. Simultaneamente, a interrupção parcial ou total em vários setores de atividade provocou desemprego, cortes de salários e encerramento de empresas. O número de famílias a precisar de ajuda alimentar aumentou. A crise de saúde pública é também uma crise social e económica.

Para lá da emergência sanitária, a governação autárquica do Partido Socialista na Câmara de Sintra e na maioria das freguesias, apesar de alimentada por uma narrativa com amplas referências a debates com múltiplos organismos consultivos, tem sido marcada por pouco diálogo com as forças da oposição e com a população e pela pouca abertura para a participação dos e das munícipes.

A isto soma-se a ausência de soluções estruturadas em áreas fundamentais como a habitação ou a mobilidade e intervenções que, apesar de se perfilarem como respostas aos anseios da população e de geralmente apresentadas com pompa e circunstância, se revelam pouco audazes. Foi assim com a revisão do Plano Diretor Municipal, onde a redução da área urbanizável poderia ter sido muito maior. Foi assim com a limpeza urbana, cujas insuficiências têm sido desvalorizadas com o argumento de que “antes

estava bem pior”.

O Bloco de Esquerda assume a responsabilidade de apresentar propostas alternativas neste que é o segundo concelho mais populoso do país, com cerca de 400 mil pessoas. A melhoria da qualidade de vida nas cidades, vilas e aldeias do município constitui, por isso, uma importante linha de defesa contra as crises de saúde pública e socioeconómica que o país enfrenta. Melhorar as condições de habitação, da mobilidade urbana e dos transportes públicos, reforçar a limpeza do espaço público, garantir o acesso à cultura e à educação, responder ao desafio ecológico e tornar as cidades, vilas e aldeias promotoras de bem-estar, são as ações prioritárias das candidaturas do Bloco de Esquerda.

Em Sintra, temos sido a voz da defesa de um projeto alternativo para o município, um projeto de progresso social e ecológico alicerçado na democracia participativa e em serviços públicos de qualidade. Defendemos um modelo de desenvolvimento menos dependente do turismo, que rompa com a precariedade laboral e inove na resposta aos desafios da sustentabilidade ambiental e da transição energética.

Nas eleições autárquicas de 2021 pretendemos ampliar o espaço dessa alternativa, construindo em conjunto com milhares de pessoas este projeto comum. Desta forma, daremos continuidade a duas décadas de trabalho local, feito em diálogo e aprendizagens partilhadas, com populações, comissões de moradores e associações locais. Queremos reforçar a esquerda social e política no concelho de Sintra e contribuir para políticas que assumam como palavras de ordem “não deixar ninguém para trás”.

Queremos um concelho **solidário e sustentável!**

1. POPULAÇÃO, TERRITÓRIO E MOBILIDADE

1.1. POPULAÇÃO: O SEGUNDO MAIOR CONCELHO DO PAÍS

Sintra é o segundo maior concelho do país em termos de população. A maior parte da população residente concentra-se nas freguesias do corredor urbano Queluz/Portela, que representam 14% do território municipal e cerca de 44 km², ao longo da linha ferroviária de Sintra e dos eixos rodoviários IC19 e A16.

Repor o equilíbrio social e ambiental deste território é um grande desafio. A grande concentração populacional é acompanhada de heranças de um crescimento urbano desenfreado. Frequentemente falta uma escala humana na organização de cidades e vilas para serem mais do que lugares para dormir ou para visitar. Queremos cidades, vilas e aldeias vivas: onde os residentes tenham acesso ao trabalho, ao lazer e ao comércio de proximidade, onde possam desfrutar de atividades culturais e desportivas, com serviços públicos adequados às necessidades da população e a funcionar em instalações condignas. Queremos bem-estar e qualidade de vida para toda a gente. Para isso é preciso apostar num modelo de desenvolvimento gerador de emprego no concelho, reduzindo os movimentos pendulares entre as nossas localidades e Lisboa.

Embora a população idosa seja parte importante da população, este é um concelho com uma estrutura etária jovem e onde se misturam pessoas que nasceram aqui, pessoas com raízes em vários pontos do país e comunidades de origem migrante, originárias de África, nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa, do Brasil, do subcontinente indiano e da Ásia oriental. A energia desta população jovem e desta diversidade cultural não estão a ser devidamente acolhidas e potenciadas. Faltam creches e respostas sociais para a ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens. Falta uma política cultural, social e económica que reconheça a diversidade de origens do concelho.

A maior riqueza do Concelho de Sintra são as pessoas que o habitam e nele estudam e trabalham, cabendo à autarquia promover todas as iniciativas necessárias para fixar esta população, quer em termos profissionais, quer escolares, contribuindo, em simultâneo, para dinamizar o território e reduzir os movimentos pendulares na Área Metropolitana de Lisboa.

1.2. POR UM CONCELHO SUSTENTÁVEL, REDUZIR AS EMISSÕES DE CO₂, REDUZIR O BETÃO, REABILITAR O PATRIMÓNIO, REVITALIZAR O ESPAÇO URBANO

A crise climática é uma das marcas do nosso tempo. Em muitos países, as novas gerações estão a exigir o seu direito ao futuro, através de movimentos como a Greve Climática Estudantil ou de protestos contra atentados ambientais. O nosso concelho, dada a sua dimensão territorial e populacional, tem a responsabilidade de contribuir com políticas locais que contribuam para a redução da emissão de gases com efeito de estufa e promovam a transição para um modelo de desenvolvimento mais justo do ponto de vista social e climático.

1.2.1. PLANO MUNICIPAL PARA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O Bloco de Esquerda propõe uma política municipal promotora da sustentabilidade. Nesse sentido, defendemos:

- ✦ Campanhas de sensibilização das e dos munícipes sobre a emergência climática.
- ✦ Programa de monitorização da redução das emissões de dióxido de carbono e outros gases com efeito de estufa (GEE), de modo a que Sintra atinja em 2030 uma redução de pelo menos 60% das emissões de GEE, conforme proposto pelo Parlamento Europeu.
- ✦ Implementação do Sistema de Depósito com retorno das embalagens descartáveis no comércio local.
- ✦ Apoio ao comércio local na transição para a venda a granel.
- ✦ Campanha para a redução drástica do uso de plásticos no concelho, nomeadamente junto do comércio local e das grandes superfícies.

- ✧ Promoção da economia circular, começando pelo levantamento das necessidades de matérias-primas e da produção de resíduos junto das indústrias existentes no concelho, com vista ao estabelecimento de iniciativas conjuntas.
- ✧ Campanhas de informação sobre compostagem e distribuição gratuita de compostores domésticos aos e às munícipes.
- ✧ Avaliação do potencial de biomassa dimensionada para receber o material de limpeza das serras de Sintra e Carregueira, das matas e parques urbanos do concelho e podas dos privados que devem ser recolhidas de forma gratuita.
- ✧ Aumentar e melhorar a rede de ecopontos, reforçando a recolha seletiva de vidro, papel, embalagens, óleos, pilhas, separação de resíduos orgânicos e recolha de material informático, devidamente acompanhado de campanhas regulares de sensibilização ambiental dirigidas à população, nomeadamente através de ações a desenvolver em escolas, comércio e no espaço público.
- ✧ Definição de critérios de compra de bens e serviços por parte do Município que privilegiem a escolha de materiais recicláveis ou aparelhos com duração superior, ou reparação fácil, para reduzir a produção de resíduos.
- ✧ Traçar um plano para que a frota automóvel da Câmara e serviços municipais passe a ser 100% elétrica ou movida a combustível de fontes renováveis, incluindo as novas aquisições de veículos, independentemente do seu regime de locação.
- ✧ Defender a passagem de todos os transportes públicos para elétricos ou a hidrogénio (desde que o mesmo seja proveniente de eletricidade verde e de fontes de água de recuperação, como as ETAR), incluindo os detidos por empresas privadas.
- ✧ Fomentar uma maior independência energética do concelho, com a instalação de painéis solares nos telhados para geração de energia (não apenas para aquecimento de águas) e ligação à rede energética, assumindo uma aposta séria e efetiva na produção de energia proveniente de fontes renováveis, bem como a sua utilização, promovendo o apoio a programas de eficiência energética e o surgimento de associações de moradores e cooperativas que produzam energia para autoconsumo.
- ✧ Criação de telhados verdes em todos os edifícios municipais onde tal seja possível, para redução de consumo energético em climatização dos edifícios.
- ✧ Aumento das zonas verdes com a criação de novos parques urbanos e plantação de

árvores e arbustos por todo o concelho, tendo como preocupação quer a fruição humana, quer a defesa da biodiversidade.

- ✘ Controlo de vegetação sem recurso a fitofármacos.
- ✘ Novas políticas de urbanismo e de mobilidade (ver 1.3).

1.2.2. MAIS ESPAÇOS VERDES, MAIS LIMPEZA URBANA, MELHOR URBANISMO

Apesar da tendência de redução da construção e do licenciamento, acentuada com a explosão da bolha imobiliária de 2007, continua a haver pressão sobre os espaços urbanos e a rede ecológica e agrícola, com o aparecimento de condomínios em zonas privilegiadas e o pedido de loteamento de terrenos urbanos ainda desocupados.

O PDM aprovado em 2018 procurou fixar regras para controlar décadas de crescimento desordenado e dilapidador de recursos naturais, deixando, ainda assim, algumas portas abertas à continuação da ocupação de território que deveria ser preservado e à densificação da malha urbana. Apesar das novas regras e dos programas de reabilitação urbana existentes, o parque habitacional continua repleto de pequenos prédios, vivendas e quintarolas em estado de degradação e abandono. Os novos projetos, quando surgem, tendem a substituir estas construções por novos edifícios que ganham em volumetria e perdem em encanto, contribuindo para a destruição da paisagem, da memória coletiva e de uma escala mais humana.

Ao crescimento urbano e à destruição dos espaços verdes que marcaram as últimas décadas, respondemos com a necessidade de uma política urbana responsável e planeada, orientada pela valorização dos espaços naturais e a requalificação urbana em detrimento do aumento da construção. Esta política urbana de futuro passa pela participação das populações na identificação das suas necessidades e prioridades e não na contínua subjugação aos interesses especulativos imobiliários que continuam a pressionar o concelho.

Assim, o Bloco de Esquerda bater-se-á por:

- ✘ **Defesa do fim dos direitos adquiridos**, com a revogação de alvarás para construção caducados, como forma de inverter, de vez, o ciclo do betão.

- ✧ Implantação de pequenos espaços verdes em todos os bairros, promotores de lazer, bem-estar e qualidade de vida.
- ✧ **Reforço da estrutura de corredores verdes prevista para o espaço** entre as cidades de Queluz e Agualva-Cacém, Agualva-Cacém e Rio de Mouro, Rio de Mouro e Algueirão-Mem Martins e entre Algueirão-Mem Martins e Sintra e valorização de todas as áreas verdes dentro dos aglomerados urbanos, nomeadamente com a criação de novos parques urbanos e ampliação dos existentes.
- ✧ Sem prejuízo para a ampliação do parque habitacional público (ver 2.2), **favorecimento da reabilitação urbana em detrimento da nova construção** no corredor urbano que inclui as freguesias de Queluz/Belas, Massamá/Monte Abraão, Agualva/Mira Sintra, Cacém/São Marcos, Rio de Mouro, Algueirão/Mem Martins e Sintra.
- ✧ **Política de construção controlada nas restantes freguesias**, respeitando perímetros urbanos, enquadramento paisagístico, arquitetura tradicional saloia que ainda sobrevive em algumas aldeias, ecossistemas e a Rede Ecológica Nacional (REN) e a Rede Agrícola Nacional (RAN).
- ✧ **Diminuição da volumetria dos novos edifícios** e obrigatoriedade de construção de estacionamento interior.
- ✧ Alteração da regra do PDM que permite construir de acordo com a cêrcea dos edifícios envolventes e que não pode continuar a ser usada como expediente para aumentar a volumetria de novas construções que, além de densificar áreas já muito pressionadas, destroem edifícios que, fazem parte da história dos lugares, mesmo não estando classificados.
- ✧ Reforço das intervenções de requalificação dos bairros sociais degradados e dos bairros das cooperativas de habitação económica e acompanhamento do realojamento, de modo a evitar a criação de novos guetos (ver 2.2).
- ✧ **Conclusão do processo de legalização das áreas urbanas de génese ilegal**, com reforço de medidas para evitar o aparecimento de novos aglomerados sem licenciamento e sem infraestruturas.
- ✧ **Requalificação dos centros históricos**, monumentos e outros elementos de identidade das aldeias, vilas e cidades do concelho.

- ✧ Programa de **recuperação das casas devolutas**, com o seu lançamento no mercado de arrendamento e/ou venda a custos controlados, aumentando a taxa fiscal sobre as que permaneçam devolutas.
- ✧ Reforço do **programa de apoio à fixação de jovens nos centros históricos** requalificados, de modo a combater a desertificação, o que deve passar também por estimular e apoiar a criação de espaços culturais e de lazer.
- ✧ **Utilização de edifícios devolutos** para construção de equipamentos úteis, tais como bibliotecas, salas culturais e de espetáculos e estacionamento para moradores, preservando as características arquitetónicas, sempre que se justificar.
- ✧ **Promoção da construção de equipamentos livres de barreiras** arquitetónicas que permitam o acesso de pessoas com deficiência, adaptando os equipamentos existentes para esse fim.
- ✧ Conclusão do acesso à rede pública de água e esgotos no concelho.
- ✧ **Melhoria da eficácia da recolha de resíduos em todo o município**, com reforço dos circuitos de recolha, estudo e implementação da modalidade de recolha porta a porta onde for possível, ações de sensibilização e reforço da política de separação na origem e aumento do número de pontos de recolha seletiva, incluindo recipientes para resíduos orgânicos, óleos alimentares usados, pilhas e material eletrónico.
- ✧ Acelerar e alargar a substituição dos contentores de resíduos por contentores de resíduos de depósito enterrado.
- ✧ **Melhoria substancial da higiene urbana**, reforçando equipas, equipamentos e circuitos de limpeza.
- ✧ Combater e controlar a proliferação de antenas retransmissoras.
- ✧ **Preservação do Parque Natural de Sintra-Cascais** com: controlo da construção em toda a sua área, obrigando ao respeito da legislação em vigor, quer nacional quer a resultante de acordos internacionais; reforço das medidas que garantam redução do fluxo automóvel, criação de percursos pedestres, ciclovias e que privilegiem o transporte coletivo, nomeadamente o elétrico.
- ✧ **Preservação da Serra da Carregueira**, classificando-a como área para a conservação da natureza, proibindo loteamentos e urbanizações fora dos perímetros urbanos.
- ✧ Criação do **Parque Natural e Cultural da Ribeira de Carenque** na zona envolvente da

barragem e aqueduto romano e começo do Aqueduto das Águas Livres, criando o núcleo museológico sob o tema da água, recuperando estes monumentos; criação de um **Parque Temático em Carenque** com núcleo museológico sobre a evolução geológica da terra, envolvendo as pegadas de dinossauros e a galeria coberta de Carenque (necrópole neolítica com cerca de cinco mil anos); a preservação real e integral da área natural dos Lapiás da Granja dos Serrões e de Negrais e da sua envolvente.

- ★ **Preservação da área hortícola** de Almargem do Bispo, assim como das várzeas de Sintra e Colares, defendendo a região demarcada do vinho de Colares e a casta Ramisco, *ex-libris* da viticultura sintrense.
- ★ Preservação e revitalização das Quintas de Belas.
- ★ Reforço dos **apoios à agricultura biológica**, e ecologicamente sustentada, através da dinamização de um mercado biológico em Sintra, da criação de um **mercado itinerante** pelo concelho e de apoios técnicos aos pequenos agricultores que adotem estas técnicas.
- ★ **Reforço da rede municipal de hortas urbanas e jardins** plantados pelos/as munícipes, através de estruturas de acompanhamento técnico e de concursos.
- ★ Criação de uma rede de **quintas pedagógicas** que caracterizem a vida agrícola do concelho.
- ★ **Promoção da limpeza e proteção das ribeiras** e rios do concelho, acabando com a construção em leito de cheia, penalizando os responsáveis pelas descargas poluentes e apoiando a participação de grupos de cidadãos na sua monitorização e recuperação.
- ★ Criação de um **Centro de interpretação do PNSC**, investindo na identificação adequada da flora, fauna e do património geológico, monumentos edificados, áreas de lazer e percursos pedonais; investir também num programa de combate aos infestantes e de defesa da flora e fauna autóctones e em medidas de emergência para a preservação do património geológico, nomeadamente as pegadas de dinossauros da Praia Grande, a Tholos da Praia das Maças e sua área envolvente.
- ★ **Reivindicar junto da Administração Central medidas para conservação da orla costeira**, com investimento na área da segurança das arribas e dos equipamentos e

espaços de lazer.

- ★ Ordenamento das zonas industriais e criação de políticas de incentivos à deslocação para estas zonas de empresas que hoje têm oficinas e estaleiros em zonas habitacionais.
- ★ **Os parques industriais municipais a criar devem ser dotados de infraestruturas que respeitem a legislação nacional e europeia**, nomeadamente no que diz respeito aos impactes ambientais, e devem procurar a fixação de empresas não poluentes e que assumam o compromisso social com o município de, no futuro, não deslocalizarem os seus serviços.
- ★ Combate às lixeiras, sucateiras e depósitos ilegais.

1.3. DIREITO À MOBILIDADE, DIREITO A VIVER

Todos os dias, milhares de pessoas se deslocam no interior e para fora do concelho para trabalhar ou estudar. No entanto, o crescimento urbano e demográfico registado nas últimas décadas não foi acompanhado por um crescimento sustentado na oferta de transportes coletivos ou de infraestruturas que facilitem esta circulação.

Uma política que favoreça a mobilidade deve passar por um planeamento urbano que impeça a concentração populacional e pelo reforço e melhoria dos transportes coletivos, de modo a desincentivar a utilização do automóvel particular.

É importante referir que a reivindicação de um passe único para a Área Metropolitana de Lisboa e para o município, finalmente atendida em 2019, é uma conquista que deve ser defendida, melhorada e aprofundada. O Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos tem questões que devem ser apontadas: implicou uma grande injeção de dinheiro público em operadores privados, em vez de optar por um sistema de operadores públicos, e não trouxe ainda a prometida melhoria da qualidade dos transportes.

O passe único e a custo mais reduzido foi um passo fundamental para a política de transportes da Área Metropolitana de Lisboa. É agora necessário apontar a um objetivo mais ousado e mais responsável: o transporte público gratuito para quem vive, trabalha e estuda na Área Metropolitana de Lisboa. Esta é uma medida que precisa de ser defendida à escala intermunicipal e governamental. A redução das emissões de gases

com efeito de estufa a nível nacional e uma política social e ecologicamente justa assim o exigem.

À Autarquia compete garantir a mobilidade enquanto direito de cidadania e imperativo ambiental, através de um correto planeamento territorial e de um compromisso sólido com o desenvolvimento da rede de transportes públicos a preços acessíveis, que responda às necessidades da população e que seja uma alternativa ao transporte individual. O Município de Sintra deve bater-se pela melhoria dos transportes e pela sua gratuitidade à escala da Área Metropolitana de Lisboa.

1.3.1. POR UM SERVIÇO FERROVIÁRIO PÚBLICO E DE QUALIDADE

O comboio é fundamental para a mobilidade no concelho e para a vida de toda a região de Lisboa, servindo diariamente centenas de milhares de utentes.

A criação do passe único metropolitano, reivindicado há muitos anos pelos utentes, foi um passo fundamental. No entanto, os equipamentos degradados continuam a causar supressões e atrasos frequentes, degradando os serviços da CP. A qualidade dos serviços nas estações e os horários praticados também devem ser objeto de melhoria.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se pela manutenção da CP na esfera pública e por um forte investimento no setor ferroviário, para que o comboio e o elétrico se afirmem como alternativas económicas e ecológicas.

- ✧ Garantir transportes de qualidade para os e as utentes da Linha de Sintra.
- ✧ Promover um reforço da oferta de comboios na linha de Sintra que não fique dependente da remodelação da linha de cintura, sendo necessário estudar opções que tirem melhor partido do troço quadruplicado entre Cacém e Benfica, da ligação ao Rossio e de uma possível ligação a Alcântara, fazendo interface com a rede de autocarros e com o Metro de Lisboa.
- ✧ Garantir que a requalificação da Linha do Oeste, finalmente iniciada, é rapidamente executada, tendo em conta a melhoria da sua funcionalidade, e que, depois de concluída, haverá uma oferta que estimule a procura e sirva as necessidades das populações que vivem neste eixo.
- ✧ Estabelecer uma ligação ferroviária/ de elétricos rápidos entre a linha de Sintra e a

linha de Cascais.

- ★ Promover a criação de uma rede de elétricos complementar ao comboio e ao metro na Área Metropolitana de Lisboa.

1.3.2. AS ESTRADAS E O ESTACIONAMENTO

A insegurança rodoviária é um problema no concelho de Sintra. Deve haver uma aposta séria na prevenção, nomeadamente através de campanhas específicas e da adoção de medidas para diminuição dos riscos associados a alguns trajetos mais problemáticos: guias sonoras, lombas, semáforos, barreiras protetoras ou controlo da velocidade.

A existência de carros abandonados na via pública e o estacionamento abusivo e irregular continuam a ser um problema do município, assim como a inexistência de corredores dedicados a transportes públicos. É necessário dotar a polícia municipal de uma divisão de trânsito com meios humanos e materiais para promover a regulação do trânsito e do estacionamento.

Criar desde já uma resposta ao número crescentes de veículos elétricos com a instalação de uma rede municipal de postos de carregamento para veículos elétricos, abrangendo áreas residenciais e estacionamento nas zonas modais.

É necessário criar alternativas e incentivos para que o uso do automóvel privado deixe de ser a primeira opção ou a opção necessária. Nos casos em que a existência do estacionamento pago se justifique, este deve continuar a ser garantido pela autarquia e nunca por privados, possibilitando o investimento das receitas na melhoria do estacionamento, dos transportes públicos e da mobilidade urbana.

1.3.3. A URGÊNCIA DE UM PLANO DE MOBILIDADE

O mandato atual chega ao fim sem que a Câmara de Sintra tenha definido claramente a sua estratégia para a mobilidade no território. Para o Bloco de Esquerda, a mobilidade tem de ser encarada como um direito democrático dos cidadãos e cidadãs e um elemento estruturante da sustentabilidade ambiental de toda a região. É este o ponto de partida para estruturar soluções de curto, médio e longo prazo, para o Concelho, tais como:

- ★ Criação de uma rede de percursos pedonais e de ciclovias, facilitadora da mobilidade suave. Os atuais troços que fazem coincidir as ciclovias com os percursos pedonais devem ser corrigidos para garantir segurança e o completo usufruto dos equipamentos.
- ★ Disponibilização de uma rede municipal de bicicletas partilhadas.
- ★ Existência de **parques de estacionamento gratuitos junto a todas as estações da CP**, a utilizar pelos cidadãos/ãs portadores/as de título de transporte válido e com lugares de estacionamento reservados a residentes.
- ★ Maior fiscalização e dissuasão do estacionamento abusivo e uma atuação mais eficaz na remoção de veículos abandonados da via pública.
- ★ Compatibilização / articulação dos horários entre diferentes meios de transportes, criando ligações entre eles, facilitando transbordos e reduzindo tempos de espera.
- ★ Ampliação da **rede de minibus não poluentes** disponíveis com maior incidência nas horas de ponta, ligando as várias cidades e vilas do município, e criação de uma rede de elétricos rápidos que faça o transporte no interior das grandes cidades e vilas do município, agilizando as ligações entre a periferia e o eixo ferroviário.
- ★ Implementação de **transportes coletivos rápidos** que tirem melhor proveito da A16 e do IC19, de forma a retirar pressão rodoviária dos centros urbanos.
- ★ Ampliação da oferta de **carruagens para transporte gratuito de bicicletas** nos comboios, possibilitando o seu transporte a todas as horas.
- ★ **Ampliação do horário de funcionamento dos serviços noturnos de transportes públicos**, nomeadamente de autocarros e comboios, garantindo ligação ao primeiro e ao último comboio da CP.
- ★ Retorno dos comboios semidiretos para Lisboa.
- ★ Estudo da criação de linhas de elétricos rápidos nos principais aglomerados urbanos do município, de modo a garantir a ligação das diferentes zonas residenciais às estações de comboio.
- ★ Redução da velocidade de circulação nas zonas residenciais e zonas de maior afluência, como zonas comerciais e com equipamentos de lazer.
- ★ Introdução de radares e de outros mecanismos para contenção da velocidade em algumas das vias mais movimentadas do concelho.

- ★ Melhoria das condições que garantem a mobilidade pedonal no concelho, com o reforço da sinalização e introdução de semáforos.

A aplicação destas medidas e o compromisso com a luta pela sua adoção pelo Governo deve ser acompanhada pela elaboração de um Plano Municipal de Mobilidade, que se reflita nas diversas vertentes, propondo soluções que, a médio e longo prazo, contribuam para um novo paradigma, baseado no direito à mobilidade e na sustentabilidade ambiental.

2. SINTRA SOCIAL E SOLIDÁRIA

2.1. SINTRA SOCIAL

O aumento do desemprego e a quebra do rendimento das famílias devido à crise socioeconómica vem agravar uma situação prévia caracterizada pela generalização dos baixos salários e da precariedade. O recurso ao Rendimento Social de Inserção é, muitas vezes, um pequeno complemento de salários muito baixos e de situações de subemprego.

O quadro social que se está a desenhar é dramático e precisa de respostas públicas solidárias. Com o fim das moratórias, a incapacidade para pagar as prestações dos empréstimos bancários atinge centenas de famílias, facto que, a par com as rendas altas, põe em causa o direito à habitação de milhares de pessoas. Os sinais de fome fazem-se sentir nas escolas e no aumento dos pedidos às instituições que distribuem ajuda alimentar.

O Bloco de Esquerda defende que a autarquia deve desempenhar um papel liderante na articulação das respostas dadas pelos seus serviços, redes sociais das freguesias, Organizações Não Governamentais e Instituições Particulares de Solidariedade Social, de modo a potenciar os recursos existentes e criar equipamentos e serviços de proximidade, que deverão também intervir de forma preventiva sobre a pobreza, o abandono escolar, as exclusões, as discriminações, a solidão ou a violência urbana.

À autarquia cabe adotar medidas que visem a promoção de políticas de proximidade que supram necessidades e injustiças, que promovam a integração e os direitos das diferentes comunidades e que abram oportunidades iguais para todas as pessoas.

Assim, o Bloco de Esquerda defende:

- ✧ Uma **política de habitação** que combata os efeitos nefastos da lei do arrendamento, da especulação imobiliária e da crise socioeconómica (ver ponto 2.2).
- ✧ Medidas de **apoio à economia local** com foco nas micro, pequenas e médias empresas.
- ✧ Reforço das iniciativas que, no município, estão a fornecer refeições às vítimas de pobreza extrema.
- ✧ Criação de uma **rede de “lojas sociais”** que recolham roupas, mobílias, eletrodomésticos e material informático, entre outros, e os distribuam às famílias carenciadas.
- ✧ Criação de **centros de acolhimento temporário** para pessoas vítimas de pobreza extrema, em situação de sem abrigo e migrantes, que se encontrem sem possibilidade temporária de alojamento, passando a ser **acompanhados de programas para a respetiva reinserção social**.
- ✧ Rede pública de amas, creches, jardins-de-infância, ATLS, lares, centros de dia e *apoio domiciliário a idosos* que dê resposta às necessidades da população e que crie postos de trabalho.
- ✧ Apoio e formação para cuidadoras e cuidadores informais.
- ✧ Criação de um gabinete de coordenação de apoio a pessoas idosas, fazendo o levantamento sistematizado das suas necessidades, nomeadamente das pessoas em agregado unifamiliar, e articulando os vários recursos e respostas existentes no concelho (e os que se venham a criar).
- ✧ Colaboração na deteção de lares ilegais e sem condições.
- ✧ **Promoção da vida independente das pessoas com deficiência**, nomeadamente através do apoio à inserção profissional e ajudas técnicas.
- ✧ Combate às barreiras arquitetónicas.
- ✧ **Promoção da Língua Gestual Portuguesa** nas escolas, unidades de saúde e em todos os serviços públicos.

- ★ **Facilitação do acesso a documentos em braille e audiolivros através das bibliotecas municipais.**
- ★ **Criação de um gabinete de apoio às Associações e ONG, permitindo-lhes acesso a serviços especializados (como juristas e psicólogos), bem como de um programa de ajudas técnicas.**
- ★ **Reforço do apoio à criação de emprego, nomeadamente a iniciativas no campo da Solidariedade Social.**

2.2. UMA NOVA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

A proporção da habitação pública no concelho de Sintra está abaixo da média nacional. Mesmo a média nacional (2% da habitação) está muito abaixo das necessidades e das boas práticas de outros municípios da nossa dimensão à escala europeia.

Entretanto, em fim de mandato, e para poder aceder aos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a Câmara de Sintra elaborou uma Estratégia Local de Habitação. Esse documento, com pontos de diagnóstico relevantes, é limitado no seu alcance. Uma vez cumprido todo o pleno, o concelho de Sintra estará, no ano 2026, dentro da média nacional, isto é, muito aquém do necessário.

O PRR e o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação identificam a Habitação como uma área prioritária de investimento. Por isso, o município de Sintra não se deve guiar pelos mínimos, mas tirar o maior partido dos programas e dos fundos disponíveis na área da habitação.

As necessidades reais de habitação do concelho continuam por apurar. É do conhecimento geral que as casas sobrelotadas, com uma família por quarto, são uma realidade do nosso território. Muitas trabalhadoras e muitos trabalhadores não ganham o suficiente para pagar mais do que um quarto, por causa dos baixos salários e das rendas elevadas. O concelho de Sintra precisa de um forte investimento na habitação pública para renda a custos controlados:

- ★ **Levantamento das reais carências de habitação no concelho.**
- ★ **Aquisição imediata, no âmbito do PRR, do número de fogos correspondente às necessidades já identificadas.**

- ✧ Plano de aumento do parque habitacional público para níveis superiores à média nacional, através da construção de novos fogos (dentro do atual perímetro urbano e sem criar guetos), da aquisição e da reabilitação de fogos devolutos.
- ✧ Apoio ao arrendamento jovem, quer através de programas de apoio ao pagamento das rendas, quer lançando no mercado casas de renda acessível que irão também pressionar o próprio mercado de arrendamento.
- ✧ Requalificação dos bairros sociais degradados e dos bairros das cooperativas de habitação económica.
- ✧ Reforço do apoio destinado a municípios para reabilitação habitacional.
- ✧ Reforço da fiscalização e do cumprimento de requisitos para construção de habitação de qualidade, no respeito pelas normas de segurança e de qualificação energética dos edifícios.

2.3. SINTRA PELA IGUALDADE: INTERCULTURAL E LIVRE

As comunidades migrantes de Sintra constituem um potencial de cultura e diversidade que o município deve aproveitar, promovendo a partilha e o diálogo.

Entre as pessoas de origem migrante é frequente a limitação prática dos seus direitos, por não possuírem documentos. Essa cidadania limitada é um risco para a sua situação social e uma vulnerabilidade perante o crime organizado e patrões sem escrúpulos.

O Bloco de Esquerda luta por uma política de direitos iguais para todas e para todos. O acesso à cidadania por parte de todas as pessoas até hoje excluídas por leis injustas e o apoio à regularização da situação documental de todos e todas é a chave do acesso pleno a direitos básicos e inalienáveis.

O Bloco de Esquerda reconhece a diversidade cultural das comunidades migrantes como uma mais-valia para Sintra e para o país. Assim, defende um conjunto de medidas fomentadoras da igualdade, a par de outras medidas já apontadas:

- ✧ A criação de uma **rede de mediadores socioculturais** originários das várias nacionalidades e etnias que vivem no concelho que trabalhem na ligação entre estas comunidades e a sociedade de acolhimento, nas escolas, nos bairros e nos locais de

pertinência conhecida.

- ★ Um **programa de ensino gratuito da língua portuguesa** às pessoas migrantes.
- ★ Um programa de **ensino de línguas estrangeiras**, fazendo uso dos recursos humanos especializados existentes nas comunidades migrantes.
- ★ Contratação de intérpretes e **formação dos recursos humanos dos serviços públicos** nas línguas necessárias ao contacto a com a população sintrense (nomeadamente Crioulo, Inglês, Francês, Língua Gestual Portuguesa)
- ★ Programas de ensino bilingue nas escolas
- ★ Construção de um **novo Plano Municipal para a Igualdade**, considerando os contributos do plano anterior, envolvendo associações, ONGs e ativistas da área social, dos direitos humanos, das comunidades migrantes, feministas e LGBTI+.

2.4. TRABALHO COM DIREITOS

A grande dimensão humana do município, a indústria transformadora, os serviços, o turismo ou a construção civil fazem de Sintra um lugar de trabalho, onde trabalhadores e trabalhadoras estão também sujeitos à desregulação dos mercados, à arbitrariedade dos patrões, à exploração da mão-de-obra indocumentada e à precariedade contratual.

A autarquia de Sintra está entre os maiores empregadores do concelho, circunstância que lhe confere uma maior responsabilidade na defesa dos direitos laborais. A existência de vínculos precários nas autarquias não é aceitável e esta é uma exigência pela qual as e os autarcas bloquistas continuarão a lutar.

A transferência de competências para os municípios na gestão do pessoal da carreira de assistente operacional, bem como os respetivos encargos remuneratórios, é de particular sensibilidade. O Bloco de Esquerda de Sintra exercerá o escrutínio necessário à natureza dos vínculos celebrados com estes trabalhadores e trabalhadoras e não deixará de exigir à administração central as responsabilidades devidas a estas pessoas.

O Bloco de Esquerda considera o trabalho com direitos inerente à dignidade de cada ser humano, cabendo ao município e a cada autarca a defesa destes valores. Num município solidário, não pode haver espaço para a exploração e para a precariedade laboral.

Não sendo a legislação laboral uma área de intervenção sob a responsabilidade direta das autarquias, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se:

- ✳ **A dar particular atenção às relações laborais existentes no concelho**, incluindo condições de trabalho, de deslocação e de alojamento de trabalhadores e trabalhadoras temporários e sazonais, procurando dialogar, auscultar e agir em convergência com quem trabalha e com as suas organizações.
- ✳ **A exigir do governo e do município a fiscalização e o cumprimento eficaz e eficiente das condições de trabalho.**
- ✳ **A defender leis laborais mais justas para quem trabalha**, no sentido do combate à precariedade e à exploração.
- ✳ **A lutar pela atribuição de subsídio de desemprego** para todas as pessoas que perderam o seu posto de trabalho.
- ✳ **A exigira aplicação das leis laborais em vigor, tendo sempre como horizonte a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras** contra a exploração e a arbitrariedade patronal.
- ✳ **A defender os trabalhadores e trabalhadoras das autarquias**, posicionando-se ao seu lado na luta por direitos justos e auscultando a sua opinião, bem como das suas organizações representativas.
- ✳ **Incluir critérios anti precariedade laboral** na contratação de bens e serviços por parte do Município.
- ✳ **A lutar pela regularização dos trabalhadores e das trabalhadoras dos órgãos autárquicos com vínculos precários**, reconhecendo-lhes a relação laboral e os direitos à proteção social e no trabalho.
- ✳ **A manter a exigência da criação de um Centro de Emprego que sirva a população das cidades de Agualva-Cacém e Queluz.**

As propostas inscritas neste programa seguem uma lógica de reforço da autarquia enquanto dinamizadora e autora de políticas sociais e de reabilitação urbana, bem como potenciadora dos recursos locais. Ao serem adotadas, tais medidas irão contribuir para a dinamização do mercado laboral e para a criação de oportunidades para o seu desenvolvimento.

2.5. EDUCAÇÃO: POR UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA, DE E PARA TODOS E TODAS

O município de Sintra, apresenta uma percentagem bastante elevada de crianças e jovens em idade escolar. São 21 agrupamentos de escolas, que correspondem a uma rede de 123 escolas em todo o território. Existem 87 estabelecimentos do pré-escolar, isto é, para crianças dos 3 aos 6 anos, mas não existe resposta semelhante para os 0 aos 3 anos. A primeira limitação a apontar, numa perspetiva educativa abrangente, é, por isso, a carência de creches no concelho. A necessidade de pensar a rede educativa dos 0 aos 18 anos, reforçando a oferta de creches, é uma recomendação do Conselho Nacional de Educação.

O segundo aspeto a realçar é a necessidade de promover o sucesso escolar. Este problema já foi reconhecido pela autarquia com a criação do Plano de Promoção do Sucesso Educativo do Município de Sintra. O Bloco de Esquerda defende que devem ser alocados mais recursos para promover o bem-estar e o desenvolvimento pessoal e social de crianças e jovens.

A autarquia deve ser líder na promoção e dignificação do ensino público de qualidade e no combate ao insucesso e abandono escolares, contribuindo assim para a prevenção de situações de risco. A educação é, além do mais, decisiva na luta pela coesão social e contra a injustiça da desigualdade que é indicada por numerosos especialistas como sendo um dos principais fatores de inibição do crescimento económico dos territórios, acabando por produzir retrocesso civilizacional e subdesenvolvimento. O futuro do nosso concelho irá, por isso, depender da qualidade do seu desempenho na redução da desigualdade social.

Mantendo o princípio da defesa da Gestão Democrática das Escolas e da sua autonomia sem subordinação ao município, o Bloco de Esquerda defende que o Município de Sintra deve tirar o melhor partido das suas atribuições atuais para promover a melhoria das infraestruturas escolares e assegurar que as escolas têm os recursos humanos de que necessitam. Nesse sentido, o Bloco de Esquerda defende que o Município, através de meios próprios ou de reivindicação perante o Ministério da Educação, deve promover:

- ★ A requalificação do parque escolar.
- ★ O reforço dos assistentes operacionais nas escolas.

- ★ Condições para a fixação de professores no concelho, através de alojamento a preços acessíveis.
- ★ Transporte escolar em segurança, a cargo da autarquia, para crianças carenciadas e nos locais mais afastados da escola.
- ★ Apoios educacionais e terapêuticos para crianças com necessidades educativas especiais.

2.6. SINTRA SAUDÁVEL: PROMOVER O ACESSO À SAÚDE, REFORÇAR O COMBATE À PANDEMIA

Queremos cidades, vilas e aldeias promotoras da saúde. Entendemos a saúde no sentido abrangente consagrado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), ou seja, como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Nesse sentido, é necessária uma abordagem segundo o paradigma da Saúde em Todas as Políticas, orientando a política municipal para a promoção da saúde e bem-estar das pessoas, no respeito pela Agenda 2030 e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, com que Portugal se comprometeu. A melhoria das condições de habitação e a reorganização das infraestruturas e da vida urbana são parte integrante da estratégia para um concelho saudável.

Acresce que o crescimento demográfico do concelho não foi acompanhado pelo aumento de meios do Serviço Nacional de Saúde. Há mais de 96.000 sintrenses, mais de um quarto da população do concelho, sem médico de família.

O Bloco de Esquerda de Sintra tem-se empenhado na defesa do Serviço Nacional de Saúde público, universal e gratuito, propondo a construção de novas unidades no Concelho e o alargamento dos serviços existentes. A transferência de competências para o município na área da saúde coloca ênfase nas necessidades de saúde locais, para as quais é necessária uma política local. Mas não chega transferir responsabilidades. É preciso reivindicar junto da administração central os meios adequados à sua concretização, financeiros e outros. A estratégia local tem obrigatoriamente de estar integrada na política nacional de saúde e de merecer a atenção dos órgãos centrais, sob pena de agravar as desigualdades em saúde.

Sem deixar de exigir à administração central respostas para as situações de carência,

apoiamos a opção da autarquia em construir novos centros de saúde e continuaremos empenhados em que o novo hospital de Sintra se torne realidade. A opção da Câmara de Sintra em substituir-se às obrigações do governo nesta matéria só é justificável pela urgência de uma resposta face à inoperância do governo em resolver as graves carências da população de Sintra no acesso à saúde.

Na continuidade desta luta, os eleitos e eleitas do Bloco de Esquerda defendem:

- ✦ Uma **estratégia de reorganização da vida urbana**, melhorando a habitação e a mobilidade, com políticas de lazer promotoras do bem-estar.
- ✦ Participação na Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis, criando estratégias locais de promoção da saúde, em cooperação com outros municípios e com a OMS.
- ✦ O desenvolvimento de **programas de envelhecimento ativo** e de **serviços públicos de apoio domiciliário**.
- ✦ O reforço das **respostas públicas de saúde mental**.
- ✦ Criação de condições que favoreçam a **fixação de profissionais dos cuidados de saúde primários**, nomeadamente habitação a preços acessíveis.
- ✦ **Abertura de novas unidades nas zonas mais carenciadas ou de resposta insuficiente**.
- ✦ A **criação e implementação de planos municipais de saúde oral, oftalmológica e de combate à obesidade infantil**.
- ✦ **Ampliação da rede de Centros de Planeamento Familiar** e consultas de rastreio e informação sobre doenças sexualmente transmissíveis.
- ✦ A **construção do novo hospital de Sintra**, há tantos anos prometida e nunca concluída, e que deverá ser dimensionada tendo em conta a articulação de recursos existentes no hospital Amadora-Sintra e no hospital de Cascais, de modo a cobrir condignamente as necessidades da população a que se destina.
- ✦ Instalação no município de **unidades de cuidados continuados e paliativos**, que deverão ter uma gestão pública e participada pela população.
- ✦ Implementação de políticas de **prevenção de dependências e de promoção da saúde, segurança e qualidade de vida dos utilizadores de drogas**, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais: criação de estruturas de apoio social e de saúde a pessoas com comportamentos aditivos, com abertura de salas de consumo assistido, em parceria com os Cuidados de Saúde Primários, a Equipa Técnica

Especializada de Tratamento de Aqualva Cacém e os Serviços Sociais.

- ★ Promoção da literacia e da participação dos cidadãos e cidadãs na saúde, através de campanhas de informação e de promoção da saúde e do seu envolvimento na tomada de decisão sobre a sua saúde e sobre urbanismo saudável.

A pandemia de COVID-19 pôs em evidência a extrema vulnerabilidade socioeconómica que assola o concelho. Tal vulnerabilidade revelou-se um dos principais determinantes da evolução epidemiológica a nível local, que acabou por ditar a imposição de medidas mais restritivas. A Câmara apoiou, e bem, o Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, os centros de saúde, as corporações de bombeiros e as estruturas residenciais para pessoas idosas, entre outros. Mas o combate à pandemia, que é na verdade uma sindemia, precisa de uma resposta mais forte no apoio aos e às munícipes.

Para o imediato, Bloco de Esquerda propõe uma resposta eficaz contra a COVID-19, capaz de transpor as desigualdades e que destrua as barreiras no acesso aos cuidados de saúde:

- ★ Alargamento da testagem gratuita e periódica a grupos de risco e disponibilização de testes gratuitos à comunidade, a fim de quebrar as cadeias de transmissão.
- ★ Reforço da capacidade de vacinação, através da abertura de novos polos de vacinação e do redimensionamento e reorganização dos existentes.
- ★ Disponibilização de transporte gratuito das e dos munícipes entre o domicílio e o local de vacinação.
- ★ Reforço das camas disponíveis no concelho para alojamento temporário das pessoas que não possuem condições dignas de isolamento no domicílio.

2.7. SEGURANÇA PARA TODA A GENTE

Em Sintra, a segurança é tema recorrente do debate autárquico. Não raras vezes, esta discussão é feita sem informação e dados claros e rigorosos, assentando numa retórica de medo e em pressupostos racistas e discriminatórios, para justificar discursos e propostas populistas e demagógicas que, a prazo, irão resultar em situações de conflitualidade e insegurança.

O debate sobre a segurança não pode limitar-se a propostas securitárias, que alimentam

uma lógica de autoritarismo e discriminação. Uma política autárquica promotora da segurança tem de passar pela prevenção de conflitualidade, pelo combate ao sentimento de insegurança e pela criação e reforço de contextos e espaços onde a liberdade e a cidadania podem ser exercidas. O Bloco de Esquerda defende:

- ★ **Prioridade à requalificação urbana** das zonas mais desqualificadas do concelho, com incremento das funções económicas locais, **determinante na valorização da coesão social.**
- ★ Dinamização da vida social, fomentando iniciativas de animação sociocultural e o funcionamento do comércio até mais tarde, de modo a incrementar a presença na via pública, no respeito pelas normas do ruído e do direito ao descanso.
- ★ A abertura de **escolas e outros equipamentos públicos aos fins-de-semana** para promover atividades culturais e desportivas promotoras da coesão social.
- ★ Investimento em **equipamentos e infraestruturas públicas de natureza desportiva.**
- ★ Melhoria da **iluminação pública, passeios livres de carros**, manutenção do mobiliário urbano e limpeza das vias públicas.
- ★ Integração entre políticas urbanas e políticas de segurança pública.
- ★ **Policamento de proximidade**, em particular nas zonas de risco, privilegiando as intervenções de dissuasão e de prevenção.
- ★ Reforço do programa **Escola Segura** em todo o concelho.
- ★ Um Conselho Municipal de Segurança mais dinâmico, com reuniões regulares do seu plenário.
- ★ Atualização dos Contratos Locais de Segurança através de uma maior participação da população e das organizações sociais (IPSS e ONGs) na sua discussão e monitorização.

2.8. DEFESA DO BEM-ESTAR ANIMAL

A política local pode dar um contributo decisivo para o bem-estar animal. O Bloco de Esquerda contribuiu para a discussão do Regulamento de Animais do Município de Sintra em mandatos anteriores e tem sido uma força comprometida com a sua implementação prática. O Bloco compromete-se ainda com as seguintes medidas:

- ★ **Reforço dos meios do Gabinete Médico Veterinário Municipal**, permitindo uma maior capacidade de intervenção no concelho e melhorar a resposta ao público.
- ★ Desenvolver parcerias para **facilitar o acesso pelos munícipes a sessões de treino e educação de cães**, nomeadamente das raças consideradas perigosas.
- ★ Reforço das campanhas de sensibilização para a defesa dos direitos dos animais.
- ★ Sessões de esclarecimento em escolas sobre o que é ter um animal de estimação, linguagem de cães, importante também para evitar que as crianças sejam mordidas, e bem-estar de animais domésticos.
- ★ Esterilização gratuita de animais de companhia.
- ★ Disponibilização gratuita de desparasitantes internos e externos, por serem uma questão de saúde pública.
- ★ Construção de abrigos para animais de rua e de pombais contraceptivos para controlar a população de pombos sem recorrer à captura ou a contraceptivos prejudiciais à saúde dos animais.
- ★ Manter a política de dificultar a instalação de circos com animais.
- ★ Aumentar o número de dispensadores de sacos, biodegradáveis, para dejetos de animais
- ★ Gestão ativa dos parques caninos para reduzir os frequentes conflitos entre cães e mal-entendidos entre donos.
- ★ Construção de uma quinta pedagógica no concelho de Sintra com um santuário para animais de quinta resgatados de situação de maus tratos e/ou abandono.

Todos os eleitos do Bloco denunciarão atividades que utilizem animais para diversão humana (garraizadas, por exemplo) apoiadas pela CMS ou juntas de freguesia.

3. DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA, CULTURA E TURISMO

3.1. DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA

Sintra é uma terra de desporto e uma terra de campeões e campeãs. Do atletismo às artes marciais, passando pelo ciclismo, pelo hóquei e por tantas outras modalidades

amadoras, é grande o número de atletas que, vivendo e treinando nos clubes do município, alcançam sucesso no país e no mundo.

O Município deve promover o acesso a modos de vida saudáveis e à atividade física como parte das rotinas de quem aqui mora. No entanto, faltam equipamentos desportivos, os existentes não são de fácil acesso e falta também a promoção da fruição da natureza e dos espaços verdes.

Defendemos o apoio ao esforço dos pequenos clubes e associações com trabalho meritório, no sentido de potenciar a prática saudável do desporto e da atividade física como veículos de promoção de igualdade e combate à exclusão social.

Os eleitos e as eleitas do Bloco de Esquerda comprometem-se com:

- ★ **Dinamização do Conselho Municipal de Desporto**, órgão destinado à promoção e divulgação das atividades desportivas do município, promovendo a articulação de agentes desportivos, serviços camarários e órgãos autárquicos.
- ★ Criação de um **Gabinete Municipal de Apoio aos Atletas de Alta Competição**, responsável por promover apoio económico para a competição no exterior, acompanhamento escolar dos e das jovens atletas e a mediação com as entidades patronais dos e das atletas com outra atividade profissional.
- ★ **Alargamento do uso das instalações desportivas escolares** para uso das populações fora do horário de funcionamento das escolas.
- ★ Criação de oferta de diferentes modalidades desportivas pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, a preços reduzidos para os e as munícipes.
- ★ Apoio aos agentes desportivos no âmbito de **contratos-programa transparentes**, plurianuais, estabelecidos com base em objetivos claros, avaliados anualmente, em particular quando se discuta o seu prolongamento.
- ★ **Fomentar a prática desportiva das pessoas com deficiência.**

3.2. CULTURA: DAR MAIS VIDA AO MUNICÍPIO

Sintra procura afirmar-se como polo cultural de excelência na Área Metropolitana de Lisboa e no país, nomeadamente através da promoção do património classificado pela

UNESCO, da realização de iniciativas com projeção mediática e da consolidação do Centro Cultural Olga de Cadaval como sala de espetáculos de referência.

Este é um concelho de dinâmica cultural e associativa forte, mas que precisa, ainda assim, de reforçar os incentivos à troca de experiências culturais e à circulação da cultura que é produzida localmente. Os agentes culturais locais devem, cada vez mais, ter acesso ao palco principal.

Os e as residentes no concelho são criadores e produtores de cultura. Há que lhes dar o espaço e os meios para que esse trabalho seja mais divulgado e seja motivo de encontro. Um dos desafios culturais no nosso concelho é, pois, o da promoção do enraizamento, da ligação à terra onde se vive, de cruzamento e convívio de todas as suas culturas.

Há que investir mais em programas culturais democratizados. Sintra não pode passar de centro cultural de elites a centro comercial de culturas. Democracia e pluralidade de oferta devem ser os princípios orientadores da política cultural da Câmara Municipal. Assim como a descentralização de equipamentos que permita o apoio eficaz à criação cultural e o acesso generalizado às diversas formas de cultura.

O Bloco de Esquerda defende a revitalização do espaço público, promovendo a sua ocupação e dinamização em prol da comunidade, da cultura e do lazer. Assim, propomos medidas como:

- ★ Reforço do papel do **Conselho Municipal de Cultura** enquanto órgão consultivo da Câmara e espaço onde os agentes culturais tenham voz ativa na definição da política cultural.
- ★ Reforço de uma política cultural de apoio aos agentes locais, que privilegia **contratos programa plurianuais para apoio à atividade e/ou para gestão de espaços culturais e sua programação** pelos agentes culturais, promovendo adicionalmente o combate à precariedade laboral no setor.
- ★ Maior envolvimento dos agentes culturais na produção de eventos, responsabilizando os serviços camarários pelos apoios técnicos e de divulgação.
- ★ Maior investimento em medidas de **dinamização da divulgação cultural e da procura de novos públicos.**
- ★ Criação de condições para **apoio material e técnico aos agentes culturais** e a

iniciativas esporádicas que vão surgindo no concelho.

- ✧ Criar uma **carta de equipamentos culturais** do concelho e mecanismos para que estes possam estar ao dispor dos agentes culturais e da população.
- ✧ Dotar o concelho de uma **rede de equipamentos culturais de proximidade**, equipando as diversas freguesias com auditórios, casas da cultura, espaços para a juventude e espaços de acesso livre à Internet.
- ✧ Criação de espaços de cultura, onde seja possível desenvolver atividades culturais a nível individual e associativo.
- ✧ Criação de um **passe cultural para os/as habitantes do concelho** poderem aceder gratuitamente ao património de Sintra todos os dias, o que irá promover a procura, mas também contribuir para reduzir a pressão sentida ao domingo de manhã.
- ✧ **Alargamento da rede de bibliotecas municipais** a todas as freguesias do Concelho e criação de uma rede de leitura municipal que articule os espaços municipais e escolares e quem os frequenta - munícipes, professores e professoras, alunos e alunas.
- ✧ Abertura das **escolas fora do seu horário de funcionamento** (fins de tarde/noites e fins de semana) para atividades desportivas, de lazer e culturais, agilizando a cedência destes espaços numa lógica de usufruto gratuito. Ganham-se equipamentos, provocam-se sinergias.
- ✧ **Dinamização dos mercados municipais** e alargamento do seu horário de funcionamento, promovendo não só o comércio e a gastronomia de produtos locais, mas também tornando-os locais de convívio e de experiências culturais.
- ✧ Alargamento dos **horários dos equipamentos existentes** (nomeadamente Museus e Bibliotecas), promovendo a criação de horários noturnos e a ampliação dos horários de funcionamento ao fim de semana.
- ✧ **Inclusão das comunidades de origem migrante no panorama cultural concelhio**, para uma partilha de experiências e modos de vida que promovam a integração e o respeito pela diferença.
- ✧ **Mobilização dos saberes dos seniores**, identificados como figuras de referência nas diversas áreas, para enriquecimento de projetos locais sejam culturais, recreativos ou educativos, como as bibliotecas municipais e os teatros.

- ★ Reforçar o **apoio às Universidades Sénior**, estruturas de indiscutível importância no envelhecimento ativo e no tecido social, e promover a participação dos mais velhos.
- ★ **Ampliação de iniciativas como mercados temáticos, feiras e festas de rua**, promovendo a sua realização nas grandes cidades e vilas do concelho.

3.3. TURISMO: TRANSFORMAR A VIDA DEFENDENDO PAISAGENS

A paisagem e o património humano e edificado de Sintra são as suas maiores riquezas. Como tal, não têm preço e não devem ser reduzidas à mera lógica comercial. Sintra não pode ser encarada como uma simples marca que, como todas as marcas, se destina a ser consumida e vendida.

A uma prática de massificação, privatização e limitação do acesso pela imposição de altas taxas, é preciso responder com uma política que defenda o direito de acesso e usufruto da paisagem e património enquanto bem coletivo, aliando os interesses de quem habita o concelho com os de quem vive do turismo.

À Autarquia compete intervir para racionalizar uma oferta turística que assenta na sobre-exploração de alguns espaços em detrimento de outros, que apesar do seu potencial, não são aproveitados. Todas as zonas turísticas vivem sob a pressão do lucro, pelo que se torna indispensável responder com medidas que promovam o turismo responsável e o ecoturismo.

Se o turismo é uma atividade importante no concelho, a aposta não pode passar pela sobrelotação da vila de Sintra de turistas, enquanto se desprezam outras zonas de interesse ou se edificam hotéis de luxo e campos de golfe apenas para uma determinada classe de visitantes.

Também por isso, mas sobretudo pelo seu valor intrínseco, há que dinamizar a Sintra que está fora do roteiro comercial. Para alterar os dados de uma equação em que de um lado temos a Sintra turística, que não é vivida, apenas visitada, e do outro a Sintra habitada pela maioria da população do concelho, e que resulta na degradação do ambiente e do desconhecimento do património.

Nas zonas rurais, onde a descaracterização é uma ameaça constante, a criação de uma

oferta turística baseada no ecoturismo e no turismo rural é um dos caminhos que permite aproveitar os espaços naturais das quintas e aldeias e os recursos existentes, potenciá-los, e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente.

À aposta estratégica no turismo de massas em prol do lucro dos grandes grupos, contrapomos a aposta necessária nas pessoas, as que cá vivem e as que nos vêm visitar. O turismo de qualidade só pode crescer onde exista vida com qualidade e onde as populações sintam que é seu o que têm para dar.

Este novo conceito de turismo em Sintra passa pela aposta no turismo ambientalmente esclarecido e no turismo cultural através da:

- ✧ Criação de um **observatório turístico-ambiental** para promover ecoturismo e estudar a influência do turismo no meio ambiente e suas formas de sustentabilidade económica e ambiental.
- ✧ Dinamização de **rotas turísticas alternativas** que ponham em evidência o património natural e edificado, bem como a gastronomia, das diversas localidades do município.
- ✧ Reforço das **iniciativas culturais e gastronómicas** que promovam o concelho, integrando as comunidades migrantes as pessoas recém-chegadas a Sintra.
- ✧ Promoção e desenvolvimento de programas de **turismo jovem e de intercâmbio**, com atividades pensadas para os e as jovens do concelho.
- ✧ Promoção do **turismo sénior** no interior do concelho.
- ✧ **Proteção da faixa litoral e das dunas e reforço da oferta de equipamentos de apoio às praias.**
- ✧ **Promoção do ecoturismo e do turismo rural**, com a criação de programas de recuperação e de intervenção ambiental em conjugação com as associações locais.
- ✧ **Defesa e divulgação do artesanato** e dos produtos tradicionais (a estudar em conjugação com Mafra a criação e promoção da marca tradicional saloia e dos produtos regionais).
- ✧ **Abertura de um parque de campismo municipal nas imediações da vila**, para acolhimento de turistas que estejam de passagem por Sintra, e **municipalização do parque de campismo da Praia Grande**, equipamento único na zona da orla costeira que, apesar de anos de promessas de requalificação, continua ao abandono.

Embora o Turismo não se restrinja à Vila de Sintra, o facto deste local ser um dos principais destinos turísticos do nosso país obriga a uma reflexão particular.

A aplicação à Vila de Sintra das medidas deste programa que se referem à requalificação e à ocupação dos centros urbanos é fundamental para garantir que o negócio não acabará por se sobrepor à vida quotidiana.

O Bloco defende ainda a aplicação das seguintes medidas:

- ★ Reabilitação das unidades hoteleiras degradadas.
- ★ Apoio ao desenvolvimento do turismo de habitação.
- ★ Restrição da circulação automóvel no centro histórico e na serra de Sintra, apostando na criação de estacionamento periférico e de ligações por transporte coletivo não poluente à zona monumental.
- ★ Criação de uma rede de bicicletas públicas, à semelhança de outros municípios.
- ★ Alargamento do horário de funcionamento dos principais monumentos e museus e dinamização de medidas para a sua animação e procura de novos públicos.
- ★ Dinamização de feiras e mercados no largo do Palácio da Vila.
- ★ Instalação de quiosques e esplanadas na Volta do Duche, Parque da Liberdade e Largo do Palácio.
- ★ Construção de sanitários públicos e reabilitação dos existentes.

O Bloco de Esquerda continuará a bater-se para que a Parques de Sintra Monte da Lua SA, empresa de capitais exclusivamente públicos, esteja ao serviço do interesse público, promova a sustentabilidade social e ambiental, limitando a pressão turística e automóvel sobre a Serra de Sintra e respeite os direitos laborais dos seus trabalhadores e trabalhadoras. Defenderemos que as receitas da empresa não sejam canalizadas para a administração central, mas sim usadas para proteger a serra de Sintra, conservar e valorizar o património cultural e melhorar a qualidade de vida da população sintrense.

4. PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

4.1. SINTRA PELAS NOSSAS MÃOS

A candidatura do Bloco valoriza todas as questões que dizem respeito à participação cidadã e à transparência dos processos de decisão.

Ao enquistamento da política, respondemos com a participação dos e das sintrenses, decisiva para a aplicação de um modelo de desenvolvimento alternativo, baseado sustentabilidade, na inclusão e na equidade, que requalifique o concelho, aproveitando o seu enorme potencial humano.

No espírito da Agenda 21 Local, aprovada pela ONU na cimeira do Rio e subscrita pelo Estado português, o Bloco de Esquerda defende a criação de mecanismos de participação e transparência como:

- ★ **Orçamento participativo** em todas as freguesias e no Município com, pelo menos, 10% das verbas destinadas a investimento.
- ★ **Fóruns** de freguesia, de cidade, municipais e temáticos. Estes fóruns são constituídos pelas forças vivas da comunidade que queiram participar, nomeadamente cidadãos e cidadãs, órgãos e técnicos autárquicos, ONGs, associações diversas e que reúnem para fazer o diagnóstico de necessidades, delinear planos para as superar e participar no processo de aplicação e monitorização do mesmo.
- ★ Criação de **gabinetes de apoio aos e às munícipes e aos e às fregueses/as** em todo o concelho, nomeadamente a idosos, que disponibilizem serviços de apoio a documentação, assuntos fiscais, informação, apoio informático, entre outros, desburocratizando e aproximando a administração local e central das pessoas e das empresas.

4.2. CONTRA OS INTERESSES INSTALADOS, MAIS TRANSPARÊNCIA

Por um lado, devem ser combatidas as pressões exercidas pelos grandes interesses

privados, nomeadamente da construção civil, sobre o poder e o interesse público. Um exemplo do efeito negativo dessas pressões foi o aparecimento, no passado, de urbanizações em zonas protegidas ou a existência de descargas poluentes em leitos de cheia.

Por outro lado, a burocracia dos processos e a morosidade das respostas dificulta o acesso dos e das munícipes às instituições, favorecendo situações de menor transparência e levando ao afastamento das populações.

O Bloco de Esquerda tem, ao longo dos anos, pressionado a Câmara para criar e agilizar mecanismos e facilitar o acesso a documentos administrativos, bem como para fazer uma maior divulgação de informação por parte da Câmara. Há ainda muito por fazer para tornar os processos expeditos, devendo a Câmara de Sintra adotar uma atitude que a torne mais transparente e acessível.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe medidas como:

- ✧ A transmissão *online* das reuniões da Assembleia Municipal e das reuniões públicas da Câmara Municipal e listagem das gravações nos *sites* municipais de forma acessível.
- ✧ Publicação das atas das sessões de Câmara e Assembleia Municipal, dos Planos de Urbanização e Pormenor e dos Regulamentos e de toda a documentação relativa aos projetos de loteamento ou urbanização no *site* da Câmara de Sintra, assim como os projetos sujeitos a consulta pública (e não apenas os editais).
- ✧ Colocação de postos de informação da Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia no comércio local, aproximando as fontes de informação dos cidadãos e das cidadãs.
- ✧ Criação de mecanismos de controle interno que garantam que quem questiona a Câmara obtém respostas conclusivas e em tempo útil.

4.3. EMPRESAS MUNICIPAIS

O Bloco de Esquerda defende como política geral de exercício de competências autárquicas a existência de serviços municipais, geridos diretamente pela Câmara. A

existência do setor empresarial municipal deve ser limitada aos casos em que tal se justifique. As Empresas Municipais devem reger-se por critérios de transparência, respeito pelo interesse público e pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

O Bloco de Esquerda bater-se-á, como no passado, contra o uso das Empresas Municipais como instrumento de privatização. Em nome da transparência e da prevalência do interesse público sobre o privado, os e as eleitas do Bloco defendem:

- ✧ Prestação de contas e avaliação do funcionamento da nova Empresa Municipal.
- ✧ Trabalho com direitos.

4.4. DIVISÃO DE FREGUESIAS

O Bloco de Esquerda sempre defendeu que fosse cumprido o princípio da autonomia local das freguesias, devendo as populações ser consultadas relativamente à sua vontade, tendo em conta o respeito pela identidade e diversidade das freguesias e sua população.

As freguesias deste concelho foram objeto de alterações substanciais ao longo do tempo e, em 2013, alteradas pela Lei n.º 11-A/2013 (Lei Relvas), de 28 de janeiro, o que levou à redução do número das mesmas.

Atualmente existe uma nova lei que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias. Trata-se da lei n.º 39/2021, de 24 de junho, que define que, desde que sejam cumpridos determinados critérios como: a) Prestação de serviços à população; b) Eficácia e eficiência da gestão pública; c) População e território; d) História e identidade cultural; e) Vontade política da população, manifestada pelos respetivos órgãos representativos, se pode reverter a situação atual das freguesias.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe medidas como:

- ✧ Auscultar as populações locais e **lutar pela reversão da agregação de freguesias sempre que seja manifestada essa vontade na população**, auxiliando os movimentos locais no processo de reversão e propondo o mesmo junto dos órgãos autárquicos.

4.5. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS - DESCENTRALIZAÇÃO

O Bloco de Esquerda defende que a descentralização operada em 2018 pela Lei n.º

50/2018 de 16 de agosto, não representa um processo de delegação de competências entre o Estado e as diversas Câmaras Municipais, em que se contratualizam matérias e há negociação e vontade das partes, uma vez que as Assembleias Municipais não podem deliberar a não aceitação de competências por falta de meios, mas tão somente a data em que ocorre a transferência (até 2022).

O Bloco de Esquerda defende que estas competências devem ser alocadas ao órgão mais competente para as executar, que este órgão seja eleito por sufrágio universal e escrutinado pelas populações e que o processo de transferência deve respeitar princípios de democraticidade, nomeadamente negociação prévia e aceitação por ambas as partes.

Este processo representa um risco de desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal e tão fulcrais como a Educação, Saúde e Cultura. Dá ainda lugar a falta de meios técnicos e de recursos humanos para assumir estas responsabilidades, pois não existem ainda assegurados recursos humanos, nem orçamento para assegurar a sua contratação.

Existe assim o grande risco de, no Concelho de Sintra, se usar a justificação de meios humanos e recursos técnicos insuficientes para que as competências descentralizadas sejam concessionadas a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição.

É expectável que a municipalização de competências do Estado possa dar origem ao agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando o nosso município de Sintra em repartições administrativas de políticas nacionais.

Nas áreas da educação e da saúde, devido à pandemia e notável falta de meios, foi prorrogado o prazo de obrigatoriedade da aceitação das competências até 2022. Assim, relativamente a estas duas matérias, todas as competências previstas no âmbito da educação e da saúde consideram-se transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 31 de março de 2022.

Nesse sentido, o Bloco de Esquerda propõe medidas como:

- ★ Lutar para que sejam sempre **prestados serviços de qualidade a toda a população** nas áreas que foram já transferidas, ou serão de futuro, para o município,

nomeadamente a educação e a saúde.

- ✧ Contratação de todos os meios para a transferência de competências pelo município não se permitindo a passagem destes serviços para empresas municipais.
- ✧ Garantir a contratação destes trabalhadores pela autarquia com contratos de trabalho na função pública, não se permitindo a precarização destes trabalhadores.
- ✧ Garantir que não existe degradação nos serviços públicos de saúde, educação, ação social, proteção civil, cultura, património, habitação, proteção e saúde animal, entre outros.

Um programa para fazer a diferença

O Programa “Sintra: Solidária e Sustentável” é o compromisso do Bloco de Esquerda de Sintra para o mandato autárquico de 2021-2025.

Construído com base na experiência de 20 anos de trabalho autárquico na assembleia Municipal e nas Assembleias de Freguesia e no diálogo com a população e forças vivas do município, este programa apresenta propostas que, à esquerda, irão contribuir para uma transformação solidária, ecologicamente sustentável e mais participada da vida deste que é o segundo concelho mais populoso do país.

A atual maioria absoluta do PS, liderada por Basílio Horta, tem vivido na autossuficiência, sem uma vontade sincera de diálogo com a população ou com as forças da oposição. O Executivo disfarça as suas limitações quando insiste em comparar-se com o desastre da governação das direitas no passado, socorrendo-se de promessas sobre o que fará no futuro para justificar as debilidades na resposta a alguns dos problemas diariamente sentidos pela população. Temos um concelho que continua muito dependente do turismo e de uma economia de baixos salários. A habitação e o custo das creches continuam a

ser um peso significativo nos orçamentos familiares sem que o Município tenha tomado medidas para fazer a diferença. A defesa da natureza e da biodiversidade também exigem medidas mais robustas.

Votar no Bloco de Esquerda contribuirá para a eleição de autarcas empenhados/as na resposta à crise social e climática. Um concelho mais solidário e mais sustentável é possível.

Juntemos forças para fazer a diferença!